

Análise de Discurso: uma teoria-metodológica para estudos em Comunicação¹

Amanda CAMPO²

Resumo

Assentado sobre os estudos linguísticos de M. Pêcheux (1969), este artigo traz uma proposta de compreensão dos conceitos de *sujeito*, *enunciado* e *contexto* que, enquanto dispositivos teóricos e analíticos, tornam-se ferramentas possíveis nos estudos em comunicação. Tensionamos as relações entre sujeitos e autoria, bem como entre produtos comunicacionais e discursos. Em suma, observamos que não é possível nos questionarmos “o que este sujeito quis dizer” e nem “o que este enunciado quer nos mostrar”. Chegamos à consideração-chave deste artigo: um questionamento possível de ser respondido pela análise de discurso enquanto teoria-metodológica para pesquisas em comunicação é “como foi constituído este enunciado”. A partir daí, torna-se possível traçar estratégias para analisar o que é proposto, ultrapassando a superfície da composição gramatical dos textos.

Palavras-chave: Comunicação; Discurso; Análise de Discurso.

Introdução

Este trabalho aproximou duas áreas do conhecimento enquanto ciências (não-cartesianas) para, no seio de sua interdisciplinaridade, elucidar possibilidades de trabalho de modo que ambas sirvam de alicerce para pesquisas acadêmicas: a Comunicação, enquanto ciência da informação e transmissão; e a Análise de Discurso, enquanto teoria-metodológica que nos possibilita tensionar relações para além do texto em sua materialidade. Nosso ponto de partida será a compreensão de discurso, ou seja, a trama de sentidos que escapam à intencionalidade e nos revelam dizeres, ideologias, bem como nos denunciam adivinhas que nos parecem opacas quando materializadas nos meios de comunicação³. Ao compreender que a Análise de Discurso de Escola Francesa procura entender “como” o texto significa (ORLANDI, 2012) e não “o que” esse texto quer dizer, optamos por investigar a qual pergunta de pesquisa essa área da linguística pode auxiliá-los a responder, uma vez que a escola de M. Pêcheux considera o discurso (enquanto trama de sentidos) como opaco, turvo, ou seja, não transparente. Dessa forma,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Semiótica, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: amanda.andradecampo@gmail.com

³ Não é nosso objetivo debater os tipos de meios de comunicação. A forma, embora essencial para pensarmos as condições de produção, aqui não será objeto de estudo. Trabalharemos em uma instância maior, em um espectro da comunicação enquanto campo do conhecimento e não em suas mais variadas formas.

compreendemos a linguagem como agente de mediação entre o homem e a realidade natural e social, como bem recupera Orlandi (2012). Uma vez que os sujeitos que elaboraram as reportagens, ou os enunciadore, não são senhores de suas vontades (FOUCAULT, 1999), ou seja, não possuem controle total sobre os efeitos de sentidos de seus enunciados, quais são as ideologias que os interpelam? Quais são os discursos outros, os interdiscursos, que estão presentes nos seus enunciados?

A Análise de Discurso Francesa leva considera a constituição histórica, com uma memória do que já foi dito anteriormente, retomada nas novas enunciações, sem domínio do sujeito. O conceito de discurso, assim, é o de palavra em movimento (ORLANDI, 2012). Esse movimento produz o simbólico e, assim, faz parte também da constituição do homem e de sua história. Por isso, a Análise de Discurso está intimamente ligada às condições de produção e aos fatos históricos que cercam os temas propostos. Essa definição se completa com o fato de que o discurso, para M. Pêcheux, é o efeito de sentido entre locutores (ORLANDI, 2016), ou seja, as palavras (e os silêncios) têm seus sentidos construídos a partir da relação dos envolvidos na enunciação.

Ao aproximarmos nossa teoria metodológica selecionada para compor a análise desta investigação, de nossa área de conhecimento, as Ciências da Comunicação, podemos entender a materialização das ideologias nos discursos, e dos discursos nas línguas, como manifestações de ocasiões e contextos sociais por meio da própria comunicação. Ou seja, é por meio dos eventos comunicacionais entendidos como textos que encontraremos “pistas ou marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos que o analista vai interpretar” (PINTO, 1999, p. 22). Neste artigo, portanto, compreenderemos as noções possíveis de *contexto* em que observaremos sujeitos e discursos. Experimentaremos adentrar por esta fresta linguística em que se dá o discurso no interior do processo comunicacional que ali está abancado.

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível. Gostaria de perceber que, momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse a frase, me alojasse sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, um começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna,

o ponto de seu desaparecimento possível (FOUCAULT, 1999, p. 05 – 06).

Em “A ordem do discurso”, Michel Foucault convida o leitor a experimentar o espaço suspenso, flutuante em meio ao universo das palavras e das significações em que se coloca para, no esforço bem-sucedido de explorar a natureza dos discursos, nos inserir naquilo que, posteriormente, seria o primordial para a compreensão da teoria metodológica que exploramos neste trabalho: o *enunciado*, o *enunciador* e o *contexto*. As próximas páginas serão dedicadas à explanação dos conceitos supracitados. Apesar disso, começaremos pela contextualização do surgimento da teoria que teve a França como berço, e a interdisciplinaridade como característica do momento pelo qual passavam os estudos linguísticos.

A Linguística e seu objeto: um recuo histórico

Não é objetivo de nossa pesquisa tensionar os estudos linguísticos que precederam aqueles desenvolvidos no final do século XIX e aurora do século XX. Contudo, antes de introduzir o núcleo epistemológico em que foram desenvolvidas as teorias a serem desvendadas nesta pesquisa, referenciaremos os estudos de Panini, na Índia, por ter sido o filósofo pioneiro – por assim dizer – a refletir e descrever uma língua (o Sânscrito), há mais de 2.500 anos. Posteriormente, a tradição *greco-romana* possibilitou uma herança nos estudos gramaticais que, na esteira dos pensamentos platônicos e aristotélicos, trouxeram os primeiros problemas linguísticos que foram, segundo Luiz Antônio Marcuschi (1998), de ordem semântica e filosófica e não formal e morfológica. Para além do caráter comparatista, foram esses filósofos que germinaram o que seria a semântica e a sintaxe e todas as particularidades que carregam os signos e suas arbitrariedades.

Permitindo-nos um salto na história para o século XIX, mais alguns legados nos foram deixados pela trajetória dos estudos da linguística e são de suma importância para a compreensão dos estudos *saussurianos*, que alicerça a matriz teórica deste artigo: a língua é a) uma instituição social; b) um sistema autônomo de significações; c) um sistema de signos arbitrários e d) uma realidade com história. Elencamos aqui quatro postulados que nortearão nosso breve estudo do pensamento de Ferdinand Saussure

(1916)⁴ que, assim como os *neogramáticos*, via na língua um produto coletivo dos grupos linguísticos. Olhar a língua sob o prisma antropológico nos permite pensá-la como uma trama de significações que extrapola as definições semânticas e a coloca à deriva de um contexto.

Como foi previamente, conseguimos, então, compreender qual é o objeto de estudos da Linguística, segundo Saussure. Se, para o autor, a linguagem tem um lado individual e um lado social, **a língua** é a parte essencial dela e é essa parte determinada em que se concentrou todos os esforços intelectuais do francês. Em seu livro “Curso de Linguística Geral” (1916), também conhecido como CLG, Saussure assenta a compreensão de seu objeto em seu caráter social, ou seja, a língua como conjunto de regras e convenções da linguagem que só se faz possível a partir do momento em que é compartilhada. Aqueles postulados colocados no parágrafo anterior resultaram, inevitavelmente, nessa única teorização do que seria a língua, de seu uso e de todos os seus mistérios e arbitrariedades: um produto da linguagem que só se faz existir se compartilhado em sua essência.

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica. Ela pertence, além disso, ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade (SAUSSURE, 2006, p. 17).

Desta forma, Saussure consegue nos colocar a par de suas ideias e de seu incômodo de compreender a linguagem como objeto. Ele não a atribui essa agência justamente por não podermos “inferir sua unidade”, por sua abrangência física, fisiológica e psíquica. Portanto, assumiremos, junto com ele, a língua como nosso principal

⁴ Ainda é muito duvidosa a todos os teóricos das Linguística a autoria de “Curso de Linguística Geral”, atribuída a Ferdinand Saussure. O lançamento da obra foi em 1916, três anos após o óbito de Saussure. A explicação para isso, e talvez a única que ainda tenha relevância, é que seus discípulos se encarregaram de mapear seus manuscritos e, dessa forma, atribuíram a ele a autoria do livro mais importante de seu legado.

laboratório. Ressaltaremos, ainda, que Saussure não volta seu olhar aos sujeitos⁵. Estes ganharão seus justos espaços anos depois, com os estudos interdisciplinares em que se baseia a Análise de Discurso.

Se, em *CLG*, parte dos esforços de Saussure foi dedicada à definição do objeto de estudo da linguística, outra parte foi dedicada ao estudo da “natureza dos signos linguísticos”. Explicaremos: podemos aproximar os estudos da língua - esta enquanto um sistema de signos que exprimem ideias (SAUSSURE, 2006; 1916) - da *Semiologia*, uma vez que esta é a ciência que estuda a vida dos signos. Sem nos alongarmos estritamente nos propósitos da semiologia, nos é interessante a aplicação desta ciência nos estudos da *langue*: a relação entre significante e significado ou, como coloca Saussure, *imagem acústica e conceito* (respectivamente).

Um signo linguístico não une uma coisa a uma palavra, mas um conceito a uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som (...). O signo linguístico é uma entidade psíquica de duas faces: conceito e imagem acústica. Esses dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro. Quer busquemos o sentido da palavra latina *arbor*, ou a palavra com que o latim designa “árvore”, está claro que somente as vinculações consagradas pela língua nos parecem conformes à realidade, e abandonamos toda e qualquer outra que se possa imaginar (SAUSSURE, 2006, p. 80).

Retomamos, em resumo, nossa reflexão até o momento: vimos que os caminhos que nos trouxeram à linguística social - e sua concepção científica - tiveram contribuições de diferentes olhares ao longo do tempo. Assentamos também nosso laboratório na *língua* enquanto sistema de signos e suas relações entre significantes e significados. Ainda, talvez nossa mais importante deparada, pensamos a língua enquanto contrato social em que sempre estão envolvidos enunciadores e contextos. Arriscamos, portanto, adentrar mais um corredor dos estudos saussurianos que, logo adiante, nos permitirão tensionar a relação de sujeitos com sua (suposta) autoria: *a arbitrariedade dos signos linguísticos*.

⁵ Anos depois do lançamento do *CLG*, manuscritos de Saussure foram encontrados e, sem nos alongarmos na discussão que reverbera até os dias de hoje, o filósofo trazia algumas reflexões que se estendiam à existência dos sujeitos.

Este princípio, embora nos pareça resistir às argúcias que percorremos até o momento, é uma afirmação decorrente delas e dos conceitos trabalhados por Saussure. Ora, se o signo linguístico é o resultado da relação do conceito com a imagem acústica, ou seja, do significado com o significante imersos em contextos e assumidos por construções sociais, seu caráter variável o torna arbitrário. Recuperamos outro momento da obra de Saussure para compreender a asseveração: “Com efeito, todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa em princípio num hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na convenção” (SAUSSURE, 2006, p.81). Se a aceitação de expressões acontece por convenções sociais, o que nos é apresentado se deslocamos os contextos?

Podemos anunciar, então, as próximas partes desta investigação: podemos identificar deslocamentos de sentidos? *Afinal, onde estão os sentidos?* Estamos bem distantes da pretensão de respondermos a este questionamento, mas é ele que nos consentirá os tensionamentos deste trabalho.

Análise de Discurso: Michel Pêcheux (1938 - 1983)

Os estudos de Saussure e seus discípulos nos garantem anos de reflexão e trabalhos inesgotáveis para compreendermos o papel da língua e seus equívocos nos contextos sociais. Por hora, descansaremos essas reflexões para, de modo introdutório, aclararmos os estudos que nos auxiliarão na busca pela compreensão dos sentidos que escapam às meras convencionalidades e nos revelam muito mais do que nos é oferecido. Falemos, logo, de Análise de Discurso.

A Análise de Discurso a que nos referimos neste trabalho é de escola (por assim dizer) Francesa. Em respeito ao nosso referencial teórico, consideraremos o final dos anos 1960 (mais precisamente entre os anos de 1966 e 1968) como o momento de surgimento deste novo campo de pesquisa (MALDIDIER, 1993). Foi nesse último ano que Michel Pêcheux defendeu sua tese de doutorado intitulada *Analyse automatique du discours* e publicou, em 1969, pela Editora Dunod. Se em Saussure entendemos a língua como nosso laboratório, agora com o foco ajustado pelas lentes de M. Pêcheux, assentaremos nossos estudos em um objeto já não tão novo no século XXI, mas ainda estranho no alvorecer dos anos 1970: *o discurso*.

Como coloca Denise Maldidier (1993), M. Pêcheux iniciou uma “aventura teórica” para desfazer a ideia de uma “fantasia da totalidade” global e debruça seu

raciocínio, ainda em 1966, sobre três concentrações de estudo: a Linguística (principalmente com a retomada que fizemos de Saussure no início deste trabalho), a Psicanálise e o Materialismo Histórico. Da Linguística – mais precisamente uma herança do corte saussuriano – M. Pêcheux compreende o conceito de discurso (que ainda será retomado com outros autores discípulos do francês) “por uma dupla fundamentação da língua na História. Ele é pensado sob o modo de uma ruptura epistemológica com a ideologia subjetivista que reina nas ciências sociais e regula a leitura dos textos” (MALDIDIER, 1993, p. 109).

Pensemos, então, na arbitrariedade dos signos linguísticos enquanto pressuposto saussuriano e adicionemos ânimos da psicanálise: discurso, para Foucault (1986), é um “conjunto de regras anônimas”⁶, e essas regras se fazem válidas pelo tempo e pelo espaço em que o enunciado está inserido, pela época, pelos modelos econômicos, pela *memória*⁷, resultados políticos, geográficos, enfim, das “condições de exercício da função enunciativa”. Ainda recuperaremos outras reflexões foucaultianas que contemplam nossos estudos e que serviram de pavimento para as teorias aqui abordadas, especialmente no momento de compreensão dos sujeitos, ou dos sujeitos discursivos.

Tendo em vista a colocação de Michel Foucault, podemos uni-la com parte do que nos foi emprestado de Saussure, qual seja: as variações de sentidos, ou os deslocamentos de sentido dos discursos emergidos nos enunciados, são explicadas pela arbitrariedade da língua, uma vez que os sentidos são frutos de convenção estabelecida entre enunciador, enunciado e aquele que interage com esses dois primeiros. Este contrato implícito, silencioso e anônimo acontece no ato comunicacional, e é nesta análise que poderemos descobrir e acessar algo que a gramática, pura e simplesmente, não é capaz de nos mostrar.

Fechando a tríade recuperada por D. Maldidier em sua retomada histórica do surgimento da teoria, o Materialismo Histórico enquanto concentração de estudo diz respeito mais à língua funcionando na história do que ela, em si, como um produto isolado. De forma bem sucinta, é a partir dessa concepção que podemos dizer, em releituras de M. Pêcheux e Eni Orlandi (2004), que aí reside a materialidade do discurso. A história, enquanto entidade afetada pelo simbólico, também não é transparente ao homem. Ou seja, em palavras de Orlandi (2012, p.19), o discurso vai tomar sua forma

⁶ As palavras são de Foucault (2008, p.103), eu sua obra *Arqueologia do Saber*.

⁷ A melhor forma de trabalhar este conceito é durante sua aplicação em análises.

material, qual seja, aquela “encarnada na história para produzir sentido: essa forma é, portanto, histórico-linguística”. Repousaremos essa reflexão, por um momento, e aceitaremos a provocação que encontramos mais adiante no texto da autora: a *Análise de Discurso*, embora seja herdeira da Linguística, da Psicanálise e do Marxismo (enquanto Materialismo Histórico), carrega consigo particularidades que são contribuições típicas de uma reflexão interdisciplinar. Sobre isso, a autora nos instiga a compreender que nossa teoria:

Interroga a Linguística, pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2012, p.20).

Cuidaremos, portanto, de assegurar as definições de materialismo histórico e materialidade como conceito e como ser utilizado em pesquisas e análises. O materialismo histórico é, deste modo, um conceito de Engels para classificar a doutrina Marxista que percebe os fatores econômicos como causa e razão que determinam os acontecimentos e fenômenos sociais e históricos (ORLANDI, 2016). Elucidado este primeiro conceito, entendemos a importância de também esclarecer o que chamaremos de materialidade. Para isso, alcançaremos M. Pêcheux (1975): pensando a relação do real com o imaginário (e o autor entende isso como *ideologia*⁸) que acontece nas fronteiras de nosso inconsciente: a ideologia materializada é o discurso, e a materialização do discurso acontece pela língua.

Neste momento, podemos assumir um contrato com nossa teoria: não mais perguntaremos ao enunciado *o que o enunciador quis dizer* com aquelas palavras combinadas, mas sim *de que forma este enunciado foi constituído*. A partir de agora e até o fim deste trabalho, estamos comprometidos a refletir sobre a constituição de discurso, uma vez que, ao assumirem suas formas não-transparentes, são constituídos por sujeitos enunciadore não senhores de suas vontades (FOUCAULT, 1999), e incorporados na língua como terreno que assegura condições e possibilidades de sua manifestação. Discurso aqui é fluxo, é a palavra movimentada, corrente, e observaremos, segundo Orlandi, o homem falando.

⁸ Trabalharemos o conceito a seguir.

Enunciado

Até o momento, refletimos sobre a interdisciplinaridade em que se baseia a Análise de Discurso de M. Pêcheux; suas heranças oriundas da psicanálise, do marxismo e dos estudos da linguística social. Além disso e em decorrência disso, concordamos em nos questionarmos sobre a formulação dos enunciados e a constituição dos discursos, assumindo a inexistência de uma objetividade vinda de uma impraticável intencionalidade dos sujeitos enunciadore. Agora, para delimitarmos ainda mais nosso campo de atenção e de análise, falaremos um pouco sobre o texto enquanto manifestação ou materialização dos discursos. Afinal, o que abarcaremos em pesquisas em Comunicação e consideraremos enquanto *texto*?

Em uma revisão da reflexão de Orlandi (1995), adotaremos o texto enquanto um artefato da linguagem com “unidade significativa”. A reflexão da autora nos atenta à peculiaridade dessa significação, ou melhor, dessa relação significativa do texto: para ser texto, nos afixaremos na sua relação consigo mesmo e com a sua exterioridade. Chamaremos essas relações, por fim, de *textualidade*. Dessa forma, não voltaremos nossa atenção analítica para a palavra no texto enquanto forma significativa por si e em si. Observaremos as sentenças como via de acesso a discursos que, ao mesmo tempo que as compõem, são revelados por ela e recuperados por outros discursos. Não é objetivo de nossa matriz teórica de análise estancar o movimento das palavras, mas sim acompanhar os caminhos, estradas essas que são construídas por discursos.

Ao falarmos em palavras que significam no texto, ou por meio do texto, falamos em *historicidade* do mesmo. Se o discurso é a palavra em movimento (ORLANDI, 2012), a *historicidade* é a trama de sentidos encontrados no texto. É inevitável fazermos uma associação entre historicidade e história, entre texto e contexto histórico. É inevitável, mas é necessário que façamos as devidas ressalvas e elucidações: a história externa, como explica autora, está ligada com a *historicidade* mas essa ligação ou relação não é automática, não é, portanto, uma relação de efeito e causa. Nos textos – e é algo valoroso de ser observado por pesquisas em Comunicação e utilizam a Análise de Discurso como teoria-metodológica – não encontramos a história contada, mas sim seus efeitos nas

significações. Tomaremos como repto o acesso às profundezas dos enunciados nos textos e buscaremos alcançar os discursos neles encontrados.

Podemos também recuperar Dominique Maingueneau (2008) que, embora não seja precisamente discípulo de M. Pêcheux, compartilha de seus estudos e conseguimos elucidar em seus textos. O autor nos coloca que a inscrição histórica dos textos, e dos discursos por consequência, nos permite perceber o que ele chama de “regularidades enunciativas”. Em outras palavras, D. Maingueneau também tensiona a relação do momento histórico e os discursos, não como condicionantes, mas como constituintes:

Estamos, assim, diante de objetos que aparecem ao mesmo tempo como integralmente linguísticos e integralmente históricos. As unidades do discurso constituem, com efeito, sistemas, sistemas significantes, enunciados e, nesse sentido, têm a ver com uma semiótica textual; mas eles também têm a ver com a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas manifestam (MAINGUENEAU, 2008, p. 16).

Não é acaso que distinguiremos o conceito de *discurso* e marcaremos este em sua variável de número: discursos. Ao assumir a existência de discursos plurais, recuperamos a reflexão de M. Pêcheux de que um discurso faz sentido, ou significa, também por ser composto por outros discursos. O interdiscurso, portanto, é a “voz sem nome” que faz sentido se incorporada em outros discursos, ou seja, é o que já foi dito e afeta os dizeres. São todas as falas que, pelo decorrer da história, foram incorporadas pelo sujeito, ainda que ele não tenha consciência disso. Ele é, pois, assujeitado à história.

Para fechar esta breve recapitulação de conceitos básicos para a compreensão e aplicação da Análise de Discurso de M. Pêcheux, dedicaremos um momento de atenção à produção dos textos, dos sentidos e dos enunciados. Trabalharemos, então, a noção das *condições de produção*. Se voltarmos um pouco ao marxismo e seu legado deixado à nossa teoria, podemos encontrar pistas do que M. Pêcheux nos convida a refletir quando sofisticar o conceito. Vamos considerar que o modo como a matéria, ou a vida material, é produzida seja fator condicionante dos processos da vida social. Espelhando essa consideração para a língua, ou melhor, para a relação entre a língua e o discurso, temos a língua enquanto provedora de condições materiais para o processo discursivo, ao passo que o próprio discurso seja fator de constituição da língua, no que Orlandi (2016) chama de “um movimento incessante” (p.73). Visto isso, podemos dizer que a língua é, por consequência, um fato social e histórico.

Desenvolveremos a noção de *condição de produção* de forma objetiva: considerando os sujeitos, as situações e as memórias, podemos dizer que as condições de produção são o contexto imediato. Podemos também expandir essa explicação se considerarmos os contextos ideológicos e sócio-históricos de elaboração dos enunciados. A memória a que nos referimos aqui é a memória discursiva, ou seja, aquele conjunto de saberes e de dizeres que nos interpelaram e constituem os discursos. Não há problema em aproximar essa ideia de memória discursiva do que seriam os interdiscursos como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independente” (ORLANDI, 2012, p. 31). Por isso, para que se faça possível um discurso em análise, precisamos desvendar as memórias discursivas (constituição dos discursos) bem como dominar a formulação dos enunciados no dado contexto (condições de produção):

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram os sentidos (ORLANDI, 2012, p. 33)

Deste modo, entendemos que o texto que compõe um meio de comunicação a ser analisado pode ser nosso *objeto empírico*, que é o que nos alicerça em nossa análise, o que nos é palpável e a que nossos olhos têm acesso. Ainda, segundo Orlandi (2003), o texto enquanto *objeto empírico* pode ser um “objeto acabado com começo, meio e fim”. A despeito disso, o que nos interessa é justamente o que a Análise pode devolver ao texto em sua incompletude: recuperaremos as suas condições de produção e deslocaremos o texto para sua condição de *objeto teórico*. Se aproximarmos essas definições da produção foucaultiana (que nos legou muitas bases), encontraremos em “Arqueologia do Saber” algo muito próximo disso quando o filósofo recupera que “a Análise... deixa em pontilhado a aplicação final do texto” (p. 83 – 84).

Podemos nos arriscar e dizer que a incompletude do texto enquanto objeto teórico é intrínseca à sua existência, ao mesmo tempo em que ela é revelada pela aplicação da análise.

Até aqui, nos dedicamos a definir e compreender a forma material do discurso na língua, estudamos alguns aspectos e conceitos base para nossa análise e buscamos tensionar as relações da língua com o texto, em um movimento de definição do que será nosso objeto de análise. Falamos dos *interdiscursos*, das *memórias discursivas*, das

condições de produção, da historicidade e como trabalharemos todos esses conceitos concomitantes. Se, para pensarmos esses conceitos recorreremos ao legado do marxismo, as próximas páginas dessa investigação estarão debruçadas não só nesta herança, mas também nos estudos da psicanálise. Afinal, se estamos falando em constituição de discursos e formulação de enunciados, estamos falando de um sujeito em sua forma de autoria, em sua função de autor. Aliás, podemos falar em autoria? De quais sujeitos estamos falando?

Enunciador

Respaldadas pelo pensamento de Orlandi (2003), não vamos neste momento depositar energias no propósito de definir o conceito de sujeito para Análise de Discurso, mas sim submergi-lo às teorias que nos alicerçam. De acordo com a autora, é possível experimentar a mesma sensação na aplicação da análise em um objeto empírico, aqui observado como um meio de comunicação em recorte. Este conceito é um, dentre outros, que “adquirem nitidez na prática” da análise. Apesar disso, podemos afirmar previamente que este sujeito a quem nos referimos – e que abrigará por muitas vezes o foco de nossa atenção científica – é também constituído em sua materialidade por seu inconsciente e interpelado por ideologia, ou ideologias (ORLANDI, 2016).

Iniciaremos nosso estudo da noção de sujeito para a Análise de Discurso assumindo sua contraditoriedade inerente (ORLANDI, 2003). Pontuamos isso pois trabalharemos a tensão existente entre identidade e alteridade “que se constituem mutuamente” (p. 187). Explicaremos essa tensão por meio do pensamento da alteridade lacaniana e pela concepção ilusória de um sujeito “fonte de seu próprio dizer” (p.188). Eni Orlandi tem nos guiado até o momento para que nossa teoria nos fosse clara e seus conceitos iluminados. Recuperaremos D. Maingueneau (2008) para refletirmos sobre o lugar “d’O outro” (aqui buscando a psicanálise lacaniana): “Ser significa comunicar... O homem não possui um território interior soberano, ele está inteiramente e sempre em uma fronteira; olhando para o interior de si, olha nos olhos do outro através dos olhos do outro” (MAINGUENEAU, 2008, p. 33). Com isso, esbarramos, irremediavelmente, na noção de *interdiscurso*.

Se o interdiscurso é o que já foi dito e afeta os dizeres, é a voz sem nome que recuperamos e que é presente na constituição dos discursos, entenderemos a presença d’Outro não como um interlocutor, como lembra Maingueneau. Entenderemos, com

justiça, o Outro como constituinte de um “eu” no espaço discursivo. Há, portanto, uma descentralização de um Mesmo e, de acordo com o autor, “é aquela parte de sentido que foi necessário o discurso sacrificar para constituir a própria identidade” (MAINGUENEAU, 2008, p. 37).

Uma vez que a noção de discurso é derivada de um aspecto da hermenêutica, no que toca a constituição da significação no interior da fala (MANHÃES, 2008); temos o seguinte paradoxo: um sujeito, enquanto emissor em um meio de comunicação, tenta transmitir ao seu interlocutor sua visão do mundo, de um fato, de um produto ou de uma notícia, assumindo uma intenção, ou movido por uma intenção. Contudo, quando nos respaldamos nos estudos sobre sujeitos recuperados e elaborados pela psicanálise, nos deparamos com sujeitos que se apropriam da linguagem para se expressarem, ao mesmo tempo que são prisioneiros da mesma: são sempre sujeitos *assujeitados* pela forma e pelo conteúdo.

Neste momento, então, traremos a reflexão acerca da *autoria*: nosso primeiro contrato está debruçado no juízo de que a autoria não é intrínseca ao sujeito discursivo. Ele está autor. Ele assume a função de autor, ou a função-autor. Mais uma vez, buscamos em Foucault (1971) compreender que o autor agrupa o discurso, organiza e dá coerência ao enunciado:

(...)o princípio do autor limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu. É assim que pensamos a autoria como função discursiva: se o locutor se representa como eu no discurso e o enunciatador é a perspectiva que esse eu assume, a função discursiva autor é a função que esse eu assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto. Ele é, das dimensões do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade – contexto sócio-histórico – e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade, etc (ORLANDI, 2012, p. 75).

Chegamos ao momento de interromper nossa reflexão com uma retomada do que nos pareceu primordial para a aplicação da Análise de Discurso em pesquisas em comunicação. Entenderemos nossa investigação de discursos como um meio de acesso à contextos que podem nos revelar resultados de pesquisas de avaliações quantitativas não nos dão acesso. Investigar discurso ultrapassa a observação de um produto comunicacional por si só: quando nos propusermos averiguar o que está para além no texto, mas materializado nele, estejamos preparados para conjecturar sobre sujeitos e ideologias, sobre contextos e história, sobre condições de produção e produtos. Em nossas

considerações, a seguir, tentaremos sugerir possíveis parcerias entre as disciplinas, de acordo com o que estudamos ao longo do texto.

Considerações e encaminhamentos

A recuperação dos desdobramentos dos estudos linguísticos, tensionados com os estudos em comunicação, nos possibilitou acessar as relações entre (im)possíveis intencionalidades de sujeitos assujeitados com contexto sócio-históricos que os afetam. Ao nos debruçarmos sobre nossa matriz teórica, conseguimos traçar algumas estratégias para pesquisas em comunicação: com segurança, não trazemos respostas a quaisquer perguntas, mas trazemos perguntas possíveis de serem respondidas quando nos colocamos enquanto analistas de discursos.

Por isso, e concordando com Orlandi (2003), assumimos a Análise de Discurso como nossa teoria iluminadora de possíveis considerações. Atentaremos à colocação da autora sobre Análise de Discurso: “procura constituir sua metodologia e suas técnicas. Daí resultam seu caráter exploratório, sua relativa imprecisão e a falta de um modelo acabado de análise” (p. 179). Com isso, podemos dizer que a Análise de Discurso não se preocupa em responder quaisquer questionamentos que entendem os enunciados como fruto exclusivamente de uma intencionalidade. Não observaremos um enunciado e nos perguntaremos “o que quis dizer com isso?”. Ajustaremos nosso olhar analítico de modo a observar a constituição de discursos para além de uma constituição gramatical. Nos perguntaremos: como este enunciado foi constituído?

Os meios de comunicação são constituídos a todo tempo de textos (sem perder de vista que imagens também constituem textos). A análise de conteúdo nos fornece subsídios para inferências enquanto operação lógica derivada da observação de dados quantitativos que estão na superfície dos produtos comunicacionais. Para ela, são dedicadas as perguntas retóricas, respostas possíveis de serem replicadas desde que o analista repita fielmente os mesmos caminhos traçados para esses resultados.

A Análise de Discurso assegura o lugar do analista também constituído por sua subjetividade. O analista não deixa de ser sujeito interpelado por ideologias, e o mecanismo mais eficiente de resguardar o caráter científico da investigação é a fidelidade aos dispositivos teóricos e analíticos encontrados nos estudos discursivos. Por fim, podemos dizer que este trabalho elucidou alguns caminhos possíveis para a pesquisa em

comunicação cingida à linguística: não há problema em se trabalhar rodeado e interpelado por subjetividade, desde que a pergunta de pesquisa esteja alinhada à teoria-metodológica aqui estudada.

Referências

- FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- _____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- _____. **As palavras e as coisas**. 8. ed. São Paulo: Martins. Fontes, 1999.
- MALDIDIÉ, Denise. **A inquietude do discurso, um trajeto na história da Análise do Discurso: o trabalho de Michel Pêcheux**. Semen, Besançon, Presses Univ. de Franche-Comté, n. 8, 1993, p. 107 – 119. Disponível em: <https://semen.revues.org/4351>. Acesso em : 1 dez. 2017.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gêneses dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutórios de opinião. In: _____. **Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 146-168.
- _____. **Produção textual: análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 1998.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso – princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- _____. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- _____. **Texto e discurso**. *Organon*, Porto Alegre, vol. 9, n. 23, 1995. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29365>. Acessado em: 01 dez. 2017.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 2003.
- _____. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2016.
- PÊCHEUX, Michel. **Analyse Automatique du Discours**. Paris: Dunod, 1969.
- _____. **Semântica e discurso**. Campinas: Unicamp, 1975.
- _____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et alii. **Papel da memória**. Trad e Intr. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- _____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 7.ed. Campinas: Pontes, 2015.
- PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.